

*Uma “revolução necessária”: o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)\**

ALEXANDRE PINHEIRO RAMOS<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar a forma como alguns intelectuais ligados à Ação Integralista Brasileira utilizaram o conceito de revolução em seus textos. Pretende-se, assim, mostrar a variabilidade semântica que ele apresentava no corpus textual integralista e o fato de que ele tornou-se um elemento indispensável na construção do vocabulário político do Integralismo, disseminando-se e sendo incorporada por vários intelectuais ligados ao movimento que lhe deram sentidos – e relevância – distintos. A presença da ideia de revolução em vários textos (livros, artigos ou mesmo poemas) mostra sua circularidade e a forma como foi reflexivamente trabalhada e aplicada pelos intelectuais integralistas, passando a constituir parte da linguagem utilizada por este movimento.

**Palavras-chave:** Integralismo; Revolução; Pensamento político-social brasileiro.

**Abstract:** This article analyses how some intellectuals from Ação Integralista Brasileira (Brazilian Integralist Action) used the concept of revolution in their texts. It seeks to show the semantic variability that this concept presented in the integralist textual corpus and the fact that revolution became an essential element for the construction of the political vocabulary of the Integralism. This idea was disseminated and incorporated by many intellectuals that gave unequal senses and relevance to it. The presence of the idea of revolution in many texts (books, articles or even poems) shows its circularity and the way that it was reflexively worked and applied by the integralist intellectuals, becoming part of the language used by this movement.

**Keywords:** Integralism; Revolution; Brazilian political and social thought.

## Introdução

Merecerão as revoluções tanta honra? Os homens que as pensam não são aqueles que as fazem. Aqueles que as começam raramente vivem seu epílogo, a não ser no exílio ou na cadeia. Serão elas realmente os símbolos de uma humanidade senhora de si mesma, se homem algum se reconhece na obra saída do combate de todos contra todos?  
Raymond Aron

De acordo com Reinhart Koselleck, “poucas palavras foram tão largamente disseminadas e pertencem de maneira tão evidente ao vocabulário político moderno quanto o termo ‘revolução’”. E prossegue ele:

Nosso conceito de revolução pode ser assim definido, de forma adequada e legítima, como um conceito geral, que encontra pelo mundo todo as condições prévias para seu entendimento, mas cujo significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra. (KOSELLECK, 2006, p. 61-62).

No que pesem estas “variações dramáticas”, resultante da amplitude de seu campo semântico e, conseqüentemente, da própria imprecisão conceitual a qual traz consigo, a noção de *revolução* encerra, pelo menos, dois princípios que se inter-relacionam e conferem-na com algumas de suas principais características: o do movimento e o da novidade. A questão do movimento é, por si só, evidente, pois como mencionado pelo próprio Koselleck e desenvolvido com maior acuidade por Hannah Arendt (1971), a palavra revolução estava relacionada ao movimento dos corpos celestes, e quando “desceu pela primeira vez dos céus e foi introduzida para descrever o que acontecia na terra entre os mortais” passou a transmitir “a ideia de uma moção irresistível e eterna, repetindo sempre os movimentos casuais, os altos e baixos do destino humano, que têm sido comparados ao nascer e pôr do sol, da lua e das estrelas desde tempos imemoriais” (ARENDDT, 1971, p. 41). Ou seja, embora indicasse movimento, era um movimento “repetitivo” ou “cíclico”, uma espécie de eterno retorno que conhecia penas os movimentos de *modificação* e *reconstrução*.<sup>2</sup> Isto é alterado quando, ao movimento, soma-se a *novidade*, isto é, aquilo que este movimento traz não é mais a pura modificação, mas sim *transformação* e, por conseguinte, o *novo*: “o decurso da

história começa subitamente de novo [...] [e] uma história inteiramente nova, uma história nunca anteriormente conhecida ou contada está prestes a desenrolar-se” (Ibid. p. 28). A revolução, da maneira como passa a fazer parte do vocabulário moderno – e da própria modernidade – é, assim, um dos meios através do qual a *sociedade* se transformará; não apenas a organização política, mas as estruturas sociais também fazem parte deste processo. Não é, então, à toa, que “revolução” tenha se tornado a palavra privilegiada por todos aqueles que pretenderam trazer algum tipo de mudança à sociedade. Poder-se-ia dizer que ela rotinizou-se, isto é, foi sendo incorporada na experiência daquelas pessoas envolvidas com os momentos revolucionários, ou que a almejavam, ao mesmo tempo em que elas passavam a ser por ela orientadas.

As maneiras como foi incorporada – rotinizando-se, sobretudo, nos discursos e esperanças – não permitiram que o conceito de revolução acabasse por se transformar em monopólio de *um* determinado tipo de movimento que visasse a transformar a sociedade e suas instituições. Ao contrário, pôde ser mobilizada por aqueles que almejassem mudanças, independente daquilo que informava suas ações. Foi este o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político/intelectual que lançou mão deste vocábulo, incorporando-o tanto em suas propostas mais diretas (seus projetos de intervenção sobre a sociedade brasileira) como em seus fundamentos teóricos. A *revolução integralista* (também denominada *espiritual* ou *interior*) não só dizia respeito às transformações da organização política como das estruturas sociais; ela alcançava, ao mesmo tempo, o Estado e a Arte, bem como era levada a cabo por meio de ambos. Desta maneira, o objetivo deste artigo será analisar o uso, por parte dos intelectuais ligados ao Integralismo, do conceito de revolução através de alguns textos produzidos por eles e circunscritos ao período de vigência legal do movimento – de 1932 a 1937. A produção intelectual da AIB foi bastante expressiva, contando com mais de 30 livros – ainda que a maior parte destas publicações ficasse concentrada nos principais nomes do movimento, ou seja, Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo (em 1935, dos 30 títulos arrolados na *Bibliografia Integralista*,<sup>3</sup> 23 pertenciam a estes quatro intelectuais) – e com vários jornais e revistas, dentre as quais se destacavam a revista *Ananê!*, revista ilustrada dirigida a um público mais amplo, e a revista *Panorama*,<sup>4</sup> cujo editorial do primeiro número dizia ser ela voltada para as “classes intelectuais”.

Decerto que um *corpus* textual volumoso como este não pode ser analisado, aqui, em sua íntegra. No entanto, como pretendo indicar as diferenças do conceito de revolução para os intelectuais integralistas, assim como sua ênfase no interior do discurso destes, selecionarei não só textos daquelas principais figuras da AIB (retirados, majoritariamente, de livros), mas, também, de autores secundários que contribuíram com artigos veiculados nos periódicos do movimento. Será este, assim, o objetivo do presente trabalho – demonstrar como, a despeito destes autores partilharem um mesmo vocabulário político, ao utilizarem o conceito de *revolução*, ele torna-se polissêmico e conhece variações de “conteúdo” e mesmo de “importância” para a economia interna da argumentação dos autores.

### **A revolução integralista como a “revolução necessária”: sua presença e diferenças nos textos integralistas**

Para que seja possível analisarmos a polissemia do termo *revolução* observado nos textos dos intelectuais integralistas, acredito ser interessante, como um primeiro passo, tecer alguns comentários, ainda que breves, sobre sua quase “ubiquidade” no pensamento integralista mais geral: ou seja, considerá-la como parte integrante do vocabulário político partilhado por estes intelectuais. A noção de comunidade argumentativa, ou comunidade de discurso (Pocock, 2003), parece oferecer um ponto de partida válido, afinal, a intelectualidade integralista apresentava, principalmente através de seus periódicos, um conjunto de temas e problemas (e propostas) acerca do qual debatiam e apresentavam argumentos<sup>5</sup> – e o fato de que, possuindo cada intelectual um interesse maior em determinada área de conhecimento, ou em vista das influências recebidas pelos grupos sociais com os quais mantinha contato, “ocupavam-se” eles com segmentos diferentes do “domínio intelectual sobre os problemas da vida” (MANNHEIM, 1972, p. 56-57), e assim traziam elementos de outras linguagens para o interior do discurso integralista – mas além disto, seria interessante expandir tal noção para uma dimensão *social*, pois muitos destes indivíduos conviviam uns com os outros, e o contato entre eles contribuía tanto para a manutenção e eventual expansão das redes sociais das quais faziam parte, quanto para a própria produção intelectual, afinal, “What we think about is a reflection of what we talk about with other people, and what we communicate with them about on

paper” (COLLINS, 1998, p. 49). Neste sentido, a existência de tal comunidade dentro da AIB, ou até mesmo o fato *do movimento integralista* ter se constituído, em alguma medida, em uma comunidade de discurso, acaba por exigir certa convergência do vocabulário utilizado por seus membros. E a isto somam-se as ideias e posições sustentadas por cada um, o que acaba levando, claro, à partilha deste vocabulário. Sendo assim, termos como Estado Integral, espírito e matéria (ou espiritualismo e materialismo), Nação, Pátria e revolução são recorrentes – esta produção intelectual forma um grupo de textos onde estes dialogam entre si.

O fato de a Ação Integralista Brasileira constituir-se em partido político no ano de 1936 sublinha a importância concedida pelo movimento à *ação*, ao seu projeto de intervenção sobre a sociedade brasileira. Mas se for correto que “nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a *ação*” (ARENDRT, 2008, p. 192) – tomando o discurso, principalmente, sob sua forma escrita –, não é à toa que a produção simbólica da AIB continuou sendo seu principal meio de veiculação de ideias e conheceu o aumento de seu volume. (Isto relaciona-se, também, à expansão do movimento, pois o número crescente de membros/intelectuais fez com que ele enriquecesse material e simbolicamente. Os novos integralistas – ou mesmo simpatizantes – contribuíam com capital tanto no sentido monetário quanto cultural e social, permitindo um número maior de publicações, na forma de livros ou periódicos – o contato com editores e gráficas torna-se indispensável –, bem como o acesso a espaços – teatros, faculdades, dentre outros <sup>6</sup> – onde as ideias integralistas podiam ser transmitidas em situações de co-presença). Ficamos, assim, diante da conjunção entre *pensamento* e *ação*, e assim como Pocock (op. cit.) chamou a atenção para a caracterização de Hobbes e Locke como filósofos e panfletistas, os intelectuais integralistas não se furtavam a tal comportamento. Aliás, eles não estavam agindo de modo distinto daquilo apresentado por Daniel Pécaut (1990), isto é, de que possuíam uma “missão” e viam a si mesmos como agentes políticos capazes de produzir um projeto de transformação cultural, política e social para o Brasil. E assim indicavam a sua vocação para elite dirigente, equacionando o saber com a capacidade de agir e governar da melhor forma para o país. Desta maneira, o uso do conceito de revolução por parte destes indivíduos torna-se crucial tanto para afirmar seu comprometimento com as transformações a serem provocadas

no Brasil como é um indicativo da participação destes no interior de uma comunidade discursiva – ainda que haja variações, como falarei mais adiante.

Ainda tratando de aspectos mais gerais sobre a presença da “revolução” no discurso integralista, parece relevante mencionar o fato de que ela praticamente não aparece nos primeiros textos do movimento: está ausente no *Manifesto de Outubro*, que lançou a AIB, e quando aparece (uma vez) no artigo “A Posição do Integralismo”, de Miguel Reale, publicado no início de 1933, diz respeito à Revolução de 1930. Aparentemente ela passa a compor o vocabulário político do movimento integralista em meados de 1933, quando Plínio Salgado publica sua principal obra neste período de militância na AIB: *Psicologia da Revolução*. Em trabalho anterior (RAMOS, 2008) demonstrei a importância do fenômeno revolucionário para o pensamento de Salgado, de modo que o problema da revolução era mais importante do que, por exemplo, o do Estado, principal objeto de reflexões para Miguel Reale.<sup>7</sup> Ao que tudo indica, este livro de Plínio Salgado é, senão a principal, uma das principais causas pela disseminação da ideia de revolução pelos textos integralistas, e neste sentido, parece-me correto postular que ele corresponde àquilo que John G. A. Pocock denomina de *lance*, um ato de fala que atua sobre o contexto linguístico e está relacionado à argumentação que o autor busca defender ou a uma ação a ser legitimada ou invalidada; trata-se de uma inovação (mas não apenas) que opera algum tipo de transformação naquele contexto, chamando a atenção de seus participantes para determinada questão ou então modificando um dado foco de análise, deslocando-o para ângulos ainda não explorados. A ideia de lance mostra-se bastante profícua para este tipo de análise: ela demonstra a capacidade reflexiva do intelectual que, por um lado, traz e incorpora novos elementos em seus textos, e por outro, possibilita que estes possam *agir de modo criativo* dentro do contexto do qual fazem parte e informa – mas não *determina* (BEVIR, 2008) – seu pensamento.

O surgimento da ideia de *revolução integralista* fez com que outros intelectuais integralistas respondessem a tal “lance”, passando a incorporá-la em seus próprios textos, ainda que imbuída de algumas diferenças. E não apenas isto, pois serviu, inclusive, de mais um elemento para a luta simbólica travada no campo intelectual brasileiro: de um lado, o Integralismo colocava-se como o movimento capaz de transformar a realidade brasileira de um modo como a Revolução de 1930 não havia conseguido realizar (autores como Plínio Salgado, Olbiano de Melo e Miguel Reale chamavam a atenção

para uma simples mudança dos quadros políticos do país); e ao mesmo tempo em que desafiava as forças de esquerda. Por outro lado, ao chamar a revolução integralista, também, de *revolução interior* ou *do espírito*,<sup>8</sup> o movimento trazia para si a responsabilidade de transformar os próprios indivíduos, de mudança de comportamentos éticos e morais, e assim “rivalizava” com o que era desenvolvido no Centro Dom Vital.<sup>9</sup> A AIB, deste modo, seria capaz de cumprir os anseios daqueles que buscavam tanto mudanças materiais quanto morais para o Brasil. Observa-se, aqui, um *uso estratégico* do conceito de revolução. Contudo, não se pode limitar a análise a ele visto que tal visão reduz e empobrece a análise ao transformar os produtos culturais em frutos de uma ação puramente instrumental. Como reflexos de interesses racionalmente calculados, onde se ignoram os próprios componentes da vida do intelectual – suas crenças, experiências, sensibilidades e toda sorte de fatores subjetivos – que exercem influência decisiva sobre sua produção. Isto significa que, embora não vá negar peremptoriamente tal uso estratégico, não pretendo enveredar por um caminho onde se busca “desvendar” aquilo que está “oculto” nos textos integralistas, mas sim sublinhar o *sentido* fornecido por seus autores, tomando a ideia de revolução expressa por eles como parte dos seus conjuntos de crenças que encerram tanto aquilo que os orienta como o que anseiam realizar. Por isto opto por uma análise pormenorizada do conceito de revolução presente em vários intelectuais integralistas, sendo, aí, possível, rastrear aquela polissemia que acaba por se relacionar às particularidades deles. Tendo como referência a metodologia de Quentin Skinner (1997) acerca do *contexto intelectual* composto tanto por autores de contribuições efêmeras, circunscritas à época, quanto pelos grandes nomes e obras, levo em consideração os principais intelectuais do Integralismo e aqueles de menor projeção dentro do movimento, mas que contribuíram de modo decisivo para a disseminação de suas ideias e projetos. A partir de agora passo, então, a refletir sobre os usos do conceito de revolução, apontando para sua variabilidade após estes comentários que buscaram localizar, ainda que de maneira bastante simplificada, sua presença sob uma dimensão mais geral.

Início esta análise com a seguinte passagem de Miguel Reale, presente em seu livro *Perspectivas Integralistas*, de 1935: “[...] se levanta a milícia dos camisas-verdes na vanguarda da revolução, sustentando o aniquilamento do *regimen* capitalista, mas salvaguardando as conquistas da civilização [...]” (REALE, 1983c, p. 38). Como demonstrei anteriormente (RAMOS, op. cit.),

o discurso integralista de Reale enfatiza, antes, o Estado, que deve tornar-se o núcleo organizador da sociedade brasileira, e desta maneira, as mudanças precisam partir dele. Porém, isto não significa que, para Reale, não haja revolução, mas sim que esta só deve ocorrer de maneira pontual, isto é, a revolução integralista processar-se-á naquelas estruturas que devem ser transformadas, dando espaço para outras novas e melhores. O “aniquilamento” do capitalismo não pressupõe a destruição de tudo a ele relacionado e considerado positivo (como a propriedade privada), mas sim que estes elementos sejam mantidos e então adequados a outro tipo de regime capaz de levar à harmonia entre eles e a sociedade. Há uma dimensão *conservadora* no conceito de revolução utilizado por Miguel Reale, ainda que nele a perspectiva do *novo* esteja, também, presente, não sendo, contudo, total. Poderíamos afirmar que a revolução em Reale é instrumental, uma espécie de técnica a qual é utilizada visando intervenções cirúrgicas, localizadas, sem, com isto, afetar toda a organização social. Assim, não é sem razão tanto o fato de que ela aparece subordinada ao Estado, pois é convertida em seu instrumento para reformar, ou mesmo, modernizar o país, como deve processar-se dentro da ordem e da disciplina: no livro *Atualidades Brasileiras*, de 1937, Miguel Reale apresenta um capítulo intitulado “O problema da liberdade e a revolução necessária”, mas a única referência à *revolução* no corpo do texto é feita no último parágrafo, após o autor desenvolver toda uma argumentação onde destaca a importância da autoridade e da disciplina para o Integralismo, concluindo, então, que “não há erro mais grave que esse de colocar nas pontas de uma antinomia os princípios da ‘liberdade’ e ‘autoridade’” (REALE, 1983a, p. 88); conseqüentemente, “Esse é o caminho da revolução necessária” (Ibid. p. 89). Tendo o autor associado entre si os valores da autoridade, da disciplina e da liberdade – e estes ao Integralismo – e sendo eles indispensáveis para a revolução que pretende (o que leva à conclusão lógica de que apenas a AIB poderá executá-la), verifica-se que, para Miguel Reale, a revolução assenta-se sobre este tripé, onde a *autoridade* e a *disciplina* encontram-se em seu âmago, e a *liberdade* surge como um de seus objetivos. Aliás, deve-se mencionar que Reale é um dos poucos intelectuais que fala em *liberdade* e liga-a à revolução – para Plínio Salgado, por exemplo, no Brasil “Não havia uma liberdade a conquistar como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de *deveres* a criar” (SALGADO, 1956b, p. 135).



Gustavo Barroso, ao falar em revolução, aproxima-se da maneira como Miguel Reale a apresenta. Em seu livro *O Integralismo de Norte a Sul*, de 1934, escreve:

Porque o Integralismo entende revolução como mudança completa de atitude em face dos problemas fundamentais da vida universal, como substituição de princípios e transformação de regime, efetuada com ou sem violência, com ou sem sangue, usando a violência somente no caso extremo de repelir a violência, derramando o sangue somente em paga de outro sangue derramado, destruindo somente o que não for possível consertar. [...] O Integralismo não quer fazer ir pelos ares a velha máquina da sociedade para por em seu lugar outra inteiramente nova. Ele quer desmontá-la, substituir as peças usadas e articular as ainda boas em outro sistema de movimentos (BARROSO, 1934, p. 52-53).

Esta visão de Barroso coaduna-se com a de Reale no que tange, justamente, ao desacordo sobre tal transformação completa da sociedade e de suas estruturas. Mas deve-se ressaltar a maneira como aquele coloca o problema da revolução, aludindo ao eventual uso da violência em seu cumprimento, algo que dificilmente (senão nunca) aparece em outros intelectuais integralistas a despeito da ênfase que podem vir a dar, como Plínio Salgado, à necessidade de uma transformação total. Surge, como dado novo, e aqui não se propugna nem mesmo uma manutenção parcial, aquela dimensão “interior”, “espiritual” da revolução integralista (que não aparece em momento algum em Miguel Reale<sup>10</sup>). Dimensão esta que não se relaciona apenas com as estruturas e instituições sociais, mas dialoga diretamente com o indivíduo e deve agir sobre ele para, também, revolucioná-lo. A “mudança de atitude” e a “substituição de princípios” que a revolução integralista encerra podem ser traduzidas como alterações nos componentes morais da vida individual. Como o estabelecimento de um imperativo ético o qual, de acordo com alguns ideais mais ou menos partilhados por quase todos os intelectuais da AIB, deve combater aquilo que a modernidade trouxe e que passou a “assolar” o país: o individualismo, o cientificismo, o racionalismo, o laicismo, etc. Mas não deixa de ser curioso o fato de que, em Barroso, para retomarmos o princípio desta análise, a revolução ganhe contornos agressivos. As transformações necessárias tornam-se exigências, e todos estes elementos (modernos) apresentam-se como entraves, barreiras que precisam

ser derrubadas a qualquer custo para a vitória do Integralismo e das benesses por ele trazidas. A “destruição” pretendida por Gustavo Barroso quando do desencadeamento da revolução não se limita a um regime, a uma forma de organização da sociedade, pois aqui, em sua faceta violenta, ela também é dirigida contra as pessoas. Em passagem que se segue à anterior escreve ele: “Sua guerra [do Integralismo] a instituições e indivíduos é leal, vista tão somente esmagar as resistências dos adversários [...]” (BARROSO, 1934, p. 53). Barroso estabelece uma associação direta, decerto condizente com seu interesse e paixão pela vida militar, entre revolução e guerra, fazendo com que a primeira possua uma dimensão visivelmente *física* – se a revolução não se processa nas mentes, então os corpos são atacados. Em comparação com aquilo desenvolvido por Miguel Reale no tocante à sociedade (sua organização e estruturas), a revolução para Gustavo Barroso opera, também, de modo seletivo. Ela mantém aquilo que se julga em “bom funcionamento”, com a diferença, entretanto, de que para tal funcionamento são necessárias mudanças de outras ordens (éticas e morais) as quais devem acompanhar as “sociais”, não estando, porém, a violência excluída como recurso para o seu sucesso.

A revolução integralista proposta por Miguel Reale e por Gustavo Barroso, atuando *diretamente* sobre a sociedade e os indivíduos na tentativa de alterá-los de modo mais ou menos incisivo é diferente daquela trabalhada por Rodolpho Josetti (1937), da Secretaria de Educação e Cultura Artística da AIB:

Dentre os múltiplos problemas que a Revolução Integralista incumbe resolver, sobrepuja certamente o da educação, cujo vastíssimo programa, abrangendo todos os setores, todas as modalidades do pensamento humano, visa entre nós especialmente e por motivos plausibilíssimos a esfera cultural e artística, o que equivale dizer a esfera do sentimento, na sua expressão mais bela e pura (JOSETTI, 1937, p. 98).

O primeiro aspecto a ser destacado, e é o mais importante, é a referência explícita à educação e à cultura. Estes são tópicos com os quais alguns intelectuais integralistas não se ocuparam de modo mais detido, pelo menos não no que diz respeito a um tratamento que não se limite a colocá-las como questões importantes, mas sem maiores desenvolvimentos. Nestes dois importantes autores mencionados anteriormente, a cultura, mais do que

a educação, é relegada a um segundo plano, ficando atrás das transformações de cunho político, social e econômico, privilegiadas, também, por outros intelectuais que buscam, geralmente, enfatizar o caráter revolucionário do Integralismo para estas esferas da vida. Rodolpho Josetti, por sua vez, traz à tona a revolução e coloca a cultura como o foco imediato, e mais relevante, de sua ação; acima das mudanças, sejam políticas ou sociais, estão aquelas que se processam no nível cultural e educacional. Neste sentido, para Josetti, diferentemente de Reale e Barroso, ela deve ser claramente *cultural* e assumir-se assim: “[...] uma revolução se impõe, revolução no mais alto sentido do vocábulo. Uma revolução que se faça pela ofensiva da inteligência, visando em tudo e por tudo a soberania espiritual que nos falece” (JOSETTI, 1937, p. 101). E aqui também surge a questão da revolução integralista como *espiritual*, porém afastada do sentido ético ou moral (ou mesmo religioso) como colocada por Gustavo Barroso. Ela deve ter como origem o intelecto, a inteligência e suas criações, mas seu fim último também são estas, são a cultura e a arte, os frutos máximos da capacidade intelectual e criadora dos seres humanos. O problema central do país, para o autor, não se encontra na organização da sociedade, em suas instituições ou o regime adotado, mas sim nesta *falência do espírito* da qual sofre o Brasil; falta-lhe a soberania, sobretudo, de uma cultura artística que, então, permitirá as mudanças necessárias. Observa-se que a revolução integralista possui um *sentido cultural*, para utilizar a expressão de Dario de Bittencourt, uma das principais referências intelectuais da AIB no Rio de Grande do Sul: “Tão certo é que os intelectuais já estão compreendendo o sentido cultural da Revolução Integralista, que o movimento do sigma conseguiu mobilizar uma plêiade pujante de escritores, pintores, escultores, gravadores, musicistas, compositores, atores [...]” (BITTENCOURT, 1936, p. 23). Note-se que o texto de Bittencourt é anterior ao de Josetti e é provável que não tenha sido lido por este<sup>11</sup>: isto é interessante porque, ainda mais se tratando de dois indivíduos espacialmente distantes, demonstra, por um lado, a permanência e disseminação da ideia de revolução como elemento importante do discurso integralista. E por outro, como os vários “conteúdos” atribuídos a ele (suas características), ainda que o sentido geral permaneça o mesmo, são circulantes e destacam-se em determinadas “frações intelectuais” no interior do movimento mais do que em outras. Em última análise, os discursos de Rodolpho Josetti e Dario de Bittencourt se complementam e fornecem subsídios para que a linguagem política do Integralismo ganhe uma dimensão cultural, com a qual se articula,

e tenha efeito sobre um público ainda mais vasto: daí Dario de Bittencourt afirmar que “a campanha pela Revolução Integralista tocou a alma dos nossos poetas, incendiou o espírito da juventude estudiosa, propiciando magníficos surtos de inspiração e a fatura de verdadeiras obras de arte” (Bittencourt, op. cit., p. 28-29). O movimento integralista é apresentado como algo para além da atuação política direta, seus objetivos centrais (e meios de atuação) gravitam – ou *devem gravitar*, como pretendia Josetti – em torno da cultura, e por isto sua revolução, tal qual apresentada por Bittencourt, conta com pessoas ligadas a esta esfera; pessoas que teriam captado a retórica cultural no interior do discurso integralista.

Antes de partir para o último autor, Plínio Salgado, gostaria de reproduzir aqui um soneto do poeta José Mayrink de Souza Motta que, em 1934, publicou um pequeno volume de poemas intitulado *Ananê*. Chamo a atenção para ele por três motivos: o primeiro é, consoante com o que venho explorando neste trabalho, a presença do termo “revolução” – que faz parte do título do soneto – associada, claro, ao Integralismo; o segundo é em vista de sua forma, ou seja, pelo fato de ser um soneto, o que demonstra, por um lado, a disseminação deste termo, e por outro, sua incorporação e uso baseados nas habilidades do autor; o terceiro, por fim, é referente ao conteúdo em si, onde a temática da revolução *interior* está explícita.

A Revolução Necessária  
 Despe a camisa verde – imediatista, / incapaz da renúncia do  
 presente:  
 Nem por mudar uma camisa, a gente / conseguirá fazer-se  
 Integralista...

Quem a vestiu, sonhando uma conquista / Ambiciosa, iludiu-se  
 totalmente:  
 - O soldado de Deus não traz em mente / nenhuma presunção  
 personalista...

Integralista é a escola da humildade: / - Cristo pregando a  
 reforma interior,  
 na Judéia do egoísmo e da vaidade...  
 Despe a camisa verde, da revolta / que não sentiste – ó mísero  
 impostor...  
 Anula-te a ti mesmo... e depois volta... (MOTTA, s/d. p. 158).

A “revolução necessária” – coincidentemente, a mesma expressão empregada, mais tarde, por Miguel Reale em seu *Atualidades Brasileiras* –, para Mayrink<sup>12</sup>, é aquela *interior* que tem como objetivo transformar o indivíduo ao postular uma série de comportamentos e valores morais a ser adotada. Parece-me específico nele, pela maneira como o conteúdo dos versos é elaborado, a visão de que a revolução *antecede o tornar-se integralista*, ou seja, só o é quem foi capaz de passar por este processo de mudança de sua índole. Em Gustavo Barroso, deduz-se que este processo é parte da revolução integralista, ambos ocorrem em paralelo, pois quem se engaja nela *é o integralista*, e Mayrink, como se verifica, inverte esta ordem. A anulação do *self*, a supressão de qualquer manifestação de caráter individualista ( vaidade, ambição, egoísmo, orgulho) *é a revolução* e, neste sentido, condição *sine qua non* para tornar-se integralista.

Mayrink, ao utilizar-se de um soneto para falar do Integralismo, serve como ilustração daquilo que mencionamos anteriormente através da citação de Karl Mannheim: se os intelectuais ocupam-se com determinados segmentos do domínio intelectual, geralmente aquele ao qual se encontra diretamente ligado ou mostra interesse, não é à toa que Mayrink escolha o soneto como veículo para manifestar suas ideias, visto ser um poeta; e além disto, diante de tal situação, ele traz esta forma de expressão artística, com seus componentes e estruturas particulares, para o interior do discurso integralista, mesclando seus elementos – a camisa verde, a ideia de “soldado de Deus”, a crítica ao individualismo – à métrica e à rima, típicas da linguagem poética. E a revolução, que compõe o título, é, igualmente, um destes elementos, e sua incorporação e mobilização, acredito, passíveis de serem consideradas como efeito (e a resposta do autor) daquele “primeiro lance” originado na obra de Plínio Salgado.

Para concluir o uso dos textos dos intelectuais integralistas e fornecer, então, uma última análise, de caráter conclusivo, sobre a questão ora abordada, observemos as palavras de Plínio Salgado, no livro *Palavra Nova dos Tempos Novos*, de 1936:

[...] se fordes os primeiros a vos submeter a eles [aos costumes], como sereis dignos da Grande Revolução? Se estais de acordo, se acompanhais quanto se faz em torno de vós, não pertencereis aos Tempos Novos, porém, aos Tempos Agonizantes de uma Civilização que nós teremos de destruir

até seus fundamentos, para lançarmos uma Ordem Nova no mundo (SALGADO, 1956a, p. 314-315).

É Salgado quem faz uso do conceito de revolução em sua acepção, poder-se-ia dizer, mais radical, pois o processo que deve desencadear não se detém sobre nada, e nem pode, pois de acordo com sua argumentação, não é possível criar algo novo apoiando-se sobre o antigo, e neste sentido difere ele de intelectuais como Gustavo Barroso ou Miguel Reale, para quem há, como vimos, a manutenção de determinados elementos presentes na sociedade sobre a qual buscam intervir.<sup>13</sup> A mudança, para Plínio Salgado, é total: tudo, desde o comportamento social até as instituições, precisa sofrer os efeitos da revolução integralista; ela não reforma, e sim *transforma* – e aqui a diferenciação entre mudança e transformação pode ser utilizada em sua plenitude –, pois o que é atingido por ela torna-se algo distinto, *inteiramente novo* inclusive em sua essência. A revolução, assim, está invariavelmente relacionada ao *futuro*: “A Idéia Revolucionária tem de lutar contra o Presente e contra o Passado”, devendo afirmar-se contra “a grande conjuração dos falsos valores do Passado, assim como [contra] a conspiração tenebrosa do Presente, que é toda uma tempestuosa mobilização das mediocridades” (Idem, 1956b, p. 61 e 63) – o passado e o presente são, no mínimo, entraves, fontes em potencial de contaminação do movimento revolucionário caso sejam minimamente considerados ou exerçam algum tipo de influência. Na mesma obra:

Eis por que acometemos toda a estrutura das velhas sociedades. Eis por que rompemos as nossas baterias, não contra os partidos, não contra a burguesia ou o demagogismo esquerdista, não contra os grupos regionais ou econômicos, mas contra tudo o que os produzir. A nossa avançada é contra uma civilização. Em nome de uma palavra nova dos tempos novos (SALGADO, 1956a, p. 254).

A revolução integralista visa “cortar o mal pela raiz” – ao destruir os fundamentos básicos da sociedade, conseguiria ela dar cabo de tudo aquilo proveniente deles.<sup>14</sup> Seu objetivo é criar outra civilização.

Sem dúvida é Plínio Salgado quem mobiliza grande parte das características do campo semântico do termo revolução arroladas por Reinhart Koselleck e Hannah Arendt. Não farei alusão a todas elas, mas

gostaria de mencionar algumas. Começo pela primeira, trabalhada por Koselleck. Para este autor a revolução: “torna-se um *conceito meta-histórico*, separando-se de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social” e adquire “um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos” (Koselleck, op. cit., p. 69). Diz, então, Plínio Salgado em *Psicologia da Revolução*: “No fundo tôdas as revoluções significam a mesma coisa. A tradução da Idéia a sua versão em fato histórico é que se apresenta susceptível de erro” (SALGADO, 1956b, p. 39). Ou seja, existe somente um processo revolucionário o qual atravessa toda a História<sup>15</sup>, contudo, ele só faz sentir *de fato* seus efeitos e consequências quando corretamente compreendido pelas pessoas, isto é, quando aquela *Ideia* subjacente a ele é transposta para o mundo social: neste caso, Salgado considera a Reforma, o Humanismo, a Revolução Francesa como revoluções que constituem aquele processo maior, no entanto, sua *execução* foi errada. A integralista, por sua vez, não é apenas a *compreensão total* deste processo meta-histórico como sua perfeita execução, o que leva a outra característica, relacionada por Hannah Arendt (1971), a da *irresistibilidade* da revolução. Diz ela que, contrariamente a outras noções que o termo revolução passou a encerrar, os quais não se manifestavam em seu significado original proveniente da astronomia, a noção “de que o movimento giratório das estrelas segue um caminho predeterminado e está isento de toda a influência do poder humano” (ARENDRT, 1971, p. 46), permaneceu. A revolução passou a ser considerada algo inevitável, que tal como o movimento dos astros, não podia ser impedida ou sufocada pelas pessoas diante de sua força e magnitude. A ela seria indiferente a existência, ou persistência, daqueles que lhe seriam contra, pois não haveria qualquer forma de poder ou autoridade cuja ação fosse capaz de interpor-se entre a revolução e suas reivindicações e/ou realizações. Plínio Salgado mantém este aspecto em suas considerações, viabilizando a crença de que o Integralismo é *a marcha natural da história*. Sendo assim, a revolução integralista também é “do ponto de vista geográfico, uma *revolução universal*, e do ponto de vista temporal, uma *revolução permanente*, até que seus objetivos fossem cumpridos” (KOSELLECK, op. cit., p. 72).

Detive-me um pouco mais sobre o uso do conceito de revolução por Plínio Salgado por ter sido ele o intelectual integralista que não só o *lançou* como o trabalhou de maneira mais intensa, dedicando-lhe, inclusive, um livro.

Sua influência no vocabulário utilizado pela AIB é incontestável, como pode ser verificado pela retomada e uso constante da ideia de revolução nos textos de outros autores, sejam eles figuras de proa, como o próprio Salgado, ou intelectuais secundários, cuja produção restringiu-se aos artigos produzidos para os periódicos do movimento.

### Considerações finais

Esta reflexão sobre a “revolução integralista” pode levar-nos a conjecturar que, dentro do contexto linguístico no qual os intelectuais integralistas atuavam, eles foram capazes, sobretudo em vista do volume e variabilidade de sua produção simbólica, de elaborar uma *sublinguagem* no sentido que lhe é atribuído por John G. A. Pocock, isto é, “maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, op. cit., p. 65). Decerto, até o presente momento, isto só pode ser mesmo considerado como uma conjectura, uma conclusão provisória originada da análise desta ideia particular de revolução. Sinto-me, ainda assim, inclinado a considerá-la como um *ato de enunciação* produzido no interior desta sublinguagem e de efeitos visíveis sobre as pessoas que a ele foram expostos (e que, por sua vez, contribuíram para o desenvolvimento deste tipo de linguagem). O problema da revolução seria apenas um dentre tantos outros elementos constitutivos do discurso integralista, muitos deles advindos de outras linguagens e que foram incorporados e adaptados aos seus próprios objetivos, tendo como resultado a criação de uma retórica própria. O que ficou demonstrado foi a existência de uma variabilidade originária da reflexividade dos intelectuais que empregaram e recombinaaram o conceito de revolução de acordo com sua habilidade e o papel que desempenharam na economia interna de seus argumentos. A “revolução integralista”, assim, apresenta-se como uma forma de definir os problemas a serem solucionados bem como os valores defendidos e os meios de ação. Através de sua análise, ao levarmos em consideração sua presença nos textos integralistas, é possível rastreamos as prioridades, em um nível mais geral, do movimento, e em nível mais específico, aquilo valorizado por seus autores. Além disto, observa-se como tais níveis se articulam, ou seja, como determinadas visões “particulares” coadunam-se com aquela mais ampla, ou seja, da própria Ação



Integralista Brasileira – a despeito da chance de entrarem em conflito, afinal, consistindo em um elemento da linguagem política, “revolução” possui contornos ambivalentes e é empregada em enunciados diversos e, por vezes, contrários.

Habilmente estes indivíduos manipularam-no e forneceram-lhe outros sentidos ou dimensões (o caráter violento, observado em Gustavo Barroso; o lado cultural, ressaltado por Rodolpho Josetti), acoplando neles, também, outros conceitos (como Miguel Reale, associando revolução à autoridade, disciplina e liberdade). Se estiver correto o estabelecimento do livro *Psicologia da Revolução*, de Plínio Salgado, como o “ponto de partida” do uso do conceito de revolução por parte dos integralistas (senão cronologicamente, *qualitativamente*, em vista do caráter extenso da discussão empreendida pela principal figura do Integralismo), imagino ter, aqui, um *lance*, um ato de fala que causou efeitos visíveis no discurso integralista, que estava sendo construído naquela época, e ao qual os intelectuais do movimento não se furtaram a responder em livros ou em textos publicados nos periódicos da AIB, comportando-se, assim, como uma comunidade de debates – cujos objetivos eram, decerto, muito claros, porém, isto não inviabiliza sua complexidade e clivagens internas, as quais fornecem vislumbres de considerável riqueza sobre o comportamento, a organização e o conteúdo do campo intelectual brasileiro.

### Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. *Sociologia Cultural*. Barcelona: Anthropos, 2000.
- ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Conocimiento, 2008.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Lisboa: Morais Editores, 1971.
- BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Loyola, 1999.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Bauru: EDUSC, 2008.

BITTENCOURT, Dario de. O Integralismo e os seus Poetas [1936]. In: *Enciclopédia do Integralismo – volume VII*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, s/d.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOTELHO, André. *O Brasil e os Dias: Estado-Nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EDUSC, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João. (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: UNICAMP, 1993.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: EDUSC, 1999.

COLLINS, Randall. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2008. 10ª Edição.

JOSETTI, Rodolpho. O sentido estético do Integralismo [1935]. In: *Enciclopédia do Integralismo – volume II*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, s/d.

JOSETTI, Rodolpho. Sentido cultural e artístico do Integralismo [1937]. In: *Enciclopédia do Integralismo – volume II*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, s/d.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MOTTA, José Mayrink de Souza. A Revolução Necessária. In: *Enciclopédia do Integralismo – volume VII*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, s/d.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralistas de Plínio Salgado e Miguel Reale*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 270p. [Dissertação de Mestrado].

REALE, Miguel. Atualidades brasileiras [1937]. In: *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937) – Tomo III*. Brasília: Editora UnB, 1983a.

REALE, Miguel. O Estado Moderno [1934]. In: *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937) – Tomo II*. Brasília: Editora UnB, 1983b.

REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas [1935]. In: *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937) – Tomo III*. Brasília: Editora UnB, 1983c.

REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1987.

SALGADO, Plínio. Palavra Nova dos Tempos Novos [1936]. In: *Obras Completas de Plínio Salgado – volume VII*. São Paulo: Editora das Américas, 1956a.

SALGADO, Plínio. Psicologia da revolução [1933]. In: *Obras Completas de Plínio Salgado – volume VII*. São Paulo: Editora das Américas, 1956b.

SALGADO, Plínio. *Páginas de combate*. Ed. Livraria Antunes, 1937.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 2ª Edição.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

TULLY, James (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

## Notas

---

\* Artigo submetido à avaliação em 24 de março de 2011 e aprovado para publicação em 01 de maio de 2011.

<sup>1</sup> Alexandre Pinheiro Ramos é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ. Pesquisador do Núcleo de Sociologia da Cultura (NUSC/IFCS/UFRJ). Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Atua na pesquisa: “Os intelectuais da Ação Integralista Brasileira – carisma, sociabilidades e redes intelectuais”, financiada pela CAPES. E-mail: [alexandre1337@yahoo.com.br](mailto:alexandre1337@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Opto, aqui, por este termo porque ele sugere “que aquilo que se modifica permanece e continua sendo o mesmo”, diferente de *transformação*, que “significa algo que se torna outra coisa, de uma só vez e como um todo” (GADAMER, 2008, p. 166 [117]) – acredito que tal diferenciação é pertinente e se coaduna com as diferenças que pretendo marcar sobre o termo *revolução*.

<sup>3</sup> Livros indicados para leitura através de alguns jornais e revistas integralistas. Cf. Cavalari, 1999, p. 114.

<sup>4</sup> Os colaboradores da revista não eram só integralistas, havendo artigos de outros intelectuais, como Oliveira Vianna (a quem era atribuída a seguinte frase em destaque no verso de algumas edições: “bela revista, que consegue conter tanta coisa em tão pequeno volume”), que não concordava com alguns aspectos do pensamento da principal liderança da AIB, Plínio Salgado. Cf. Carvalho, 1993.

<sup>5</sup> As palavras de Carlos Altamirano mostram-se bastante relevantes: “Los intelectuales son personas, por lo general conectadas entre sí en instituciones, círculos, revistas, movimientos, que tienen su arena en el campo de la cultura” (ALTAMIRANO, 2008, p. 14).

<sup>6</sup> Uma das primeiras conferências da Ação Integralista Brasileira no Rio de Janeiro se deu na sede da Associação Brasileira de Imprensa “graças aos bons ofícios de San Tiago Dantas” (REALE, 1987, p. 96).

<sup>7</sup> Para Plínio Salgado, “o Estado acha-se ‘subordinado’ à Revolução, sendo fruto dela, enquanto [...] Miguel Reale postula justamente o contrário: se há uma Revolução, ela nasce do Estado que se ocupa de levá-la adiante e a controlá-la”. Cf. Ramos, 2008, p. 164.

<sup>8</sup> A noção de “espírito”, no discurso integralista, não se limita a uma dimensão religiosa (mas esta também está presente), estando igualmente relacionada ao pensamento, às obras do intelecto humano.

<sup>9</sup> A despeito da similitude de algumas ideias (bem como dos inimigos comuns), havia uma disputa, envolvendo a Ação Integralista Brasileira e o Centro Dom Vital, não só pelo *espaço de atenção* (COLLINS, 1998, p. 38-39) do campo intelectual como, também, pelo *poder ideológico*, ou seja, o poder que “se exerce não sobre os corpos como o poder político [...], não sobre a posse de bens materiais [...], mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (Bobbio, 1997, p. 11).

<sup>10</sup> Aliás, Reale criticava tal visão. Em *O Estado Moderno*, de 1934, ao falar sobre a economia, escreve: “Para que a economia volte a se subordinar à moral *não basta a reforma interior do homem*, como pretendem alguns sociólogos brasileiros, tão utópicos como os liberais. Contra a ilusão de Robespierre, que desejava leis feitas para homens bons, deve se levantar vitorioso o realismo de Machiavelli, ensinando que a lei existe porque os homens são maus ou imperfeitos” (REALE, 1983b, p. 145). [grifo meu].

<sup>11</sup> De acordo com os Editores da *Enciclopédia do Integralismo*, uma duplicata do ensaio escrito por Dario de Bittencourt, no qual tratava dos poemas com temáticas ligadas ao movimento e onde figura esta citação, que foi enviada para Plínio Salgado, perdeu-se. E não há referências sobre sua publicação à época, embora fosse a intenção de Bittencourt.

<sup>12</sup> Esta é a maneira como seus poemas estão assinados. Cf. “Coletânea”. In: *Enciclopédia do Integralismo – volume VII*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, s/d. pp. 129-158.

<sup>13</sup> Note-se que nenhum destes autores pretende que o tempo retroceda e o Brasil retorne a algum tipo de passado idealizado. Para eles, a vitória do Integralismo significava alcançar um novo estágio no desenvolvimento da história humana; estes intelectuais apresentavam-se como porta-vozes de uma sociedade futura.

<sup>14</sup> Jeffrey C. Alexander em estudo sobre a sociedade civil (2000) chama a atenção para a necessidade de estudar a estrutura interna do *código binário* (um código simbólico sistemático) a ela inerente que divide a “realidade” em dois polos, um positivo (democrático) e outro negativo (antidemocrático). Este código binário guarda algumas semelhanças com os *conceitos antitéticos* de Reinhart Koselleck (op. cit.), por exemplo, quando Alexander diz: “Quienes se consideran a sí mismos miembros legítimos de una comunidad [...] se definen a sí mismos a partir del polo positivo de este asentamiento simbólico; definen a aquéllos que no pertenecen a la comunidad desde un punto de vista de la maldad” (ALEXANDER, 2000, p. 146). Este *código binário*, para Jeffrey C. Alexander, liga-se a três níveis (relacionados entre si): motivações, relações sociais e instituições – tal código informa as características destes, bem como em suas contrapartes. De modo bastante reduzido e simplificado: uma sociedade fundamentada em valores democráticos produziria, por exemplo, instituições de características democráticas. Acredito que isto possa ser aplicado ao pensamento de Plínio Salgado, pois, ao atacar os *fundamentos* da sociedade (vistos como o lado *negativo* do código

---

binário antitético, enquanto o Integralismo representaria o polo positivo) tudo aquilo erigido sobre eles seria, conseqüentemente, destruído (suas instituições, a maneira como as relações sociais são estabelecidas, etc).

<sup>15</sup> Em outra passagem de *Psicologia da Revolução*: “Tôdas as revoluções não passam de capítulos de uma única e grande revolução” (SALGADO, 1956b, p. 53).